

Questões de Processo Penal, Parte 4

01. Durante operação policial, um investigado foi preso em flagrante por suposta infração de menor potencial ofensivo. O delegado comunicou a prisão ao juiz e ao MP, e impetrou-se habeas corpus em favor do investigado por um professor de Direito que presenciara a abordagem, sem procuração. O juiz, antes mesmo de ouvir a autoridade coatora, verifica que há coação ilegal patente (flagrante manifestamente ilegal). Segundo o CPP, no bloco de habeas corpus do edital (arts. 647–667), assinale a alternativa correta.

- A)** Somente advogado com procuração pode impetrar habeas corpus; o juiz não pode conceder de ofício.
- B)** Qualquer pessoa pode impetrar habeas corpus; e o juiz pode concedê-lo de ofício quando verificar coação ilegal.
- C)** O habeas corpus não é cabível se houver possibilidade de recurso ordinário na via penal.
- D)** O habeas corpus depende de recolhimento prévio de custas.
- E)** O habeas corpus só pode ser impetrado após o oferecimento da denúncia.

02. Após o trânsito em julgado de sentença condenatória, surgiram documentos que indicariam não ter o fato existido. Familiares cogitam “entrar com habeas corpus” para rescindir a condenação com base nas novas provas. À luz do CPP dentro do edital, assinale a alternativa correta.

- A)** Habeas corpus é a via adequada para rescindir sentença transitada com base em prova nova.
- B)** A via adequada é a revisão criminal, que pode ser proposta a qualquer tempo; o habeas corpus não substitui o instrumento próprio de rescindibilidade.
- C)** Nem revisão criminal nem habeas corpus são cabíveis após o trânsito em julgado.
- D)** É cabível apenas apelação criminal, mesmo após o trânsito em julgado.
- E)** Somente o Ministério Público pode requerer a revisão criminal.

03. Em processo de rito comum, o juiz de primeiro grau não admitiu o recurso interposto pela defesa, entendendo-o incabível. A defesa quer garantir o processamento da insurgência. Nos termos do CPP (faixa 639–646), assinale a alternativa correta.

- A)** Cabe carta testemunhável da decisão que denegar o recurso, como meio para viabilizar a remessa ao Tribunal.
- B)** A única via é o mandado de segurança, pois o CPP não prevê instrumento específico.

C) Deve-se impetrar habeas corpus, pois substitui a carta testemunhável em matéria recursal.

D) A decisão de admissibilidade é irrecorrível e não comporta qualquer medida.

E) Cabe embargos infringentes.

04. Após sentença, o querelante obteve integral procedência de sua pretensão e, ainda assim, manifestou vontade de “recorrer para reforçar a fundamentação”. Em outro feito, a defesa interpôs o recurso equivocado por erro escusável, sem má-fé, e o Ministério Público, em processo distinto, pretendeu desistir de apelação já interposta. À luz das regras gerais de recursos no CPP (arts. 574–580 e 576), assinale a alternativa correta.

A) Admite-se recurso sem interesse; a fungibilidade não é aceita; e o MP pode desistir de recurso próprio.

B) Não se admite recurso sem interesse; salvo má-fé, a parte não será prejudicada por interpor um recurso por outro; e o MP não pode desistir do recurso que interpôs.

C) Admite-se recurso sem interesse; a fungibilidade só vale para o MP; e o MP pode desistir.

D) O recurso sem interesse é excepcionalmente cabível; a fungibilidade exige má-fé; e o MP não pode desistir.

E) A fungibilidade não existe no CPP; e o MP não pode recorrer.

05. No curso de processos distintos, ocorreram as seguintes decisões: (I) pronúncia do acusado por homicídio qualificado; (II) decretação de prisão preventiva; (III) declinação de competência do juízo. À luz do CPP (art. 581 e correlatos), assinale o recurso cabível em cada hipótese, respectivamente.

A) Apelação; apelação; apelação.

B) RESE; RESE; RESE.

C) Apelação; RESE; apelação.

D) RESE; apelação; RESE.

E) Apelação; carta testemunhável; mandado de segurança.

06. Em crime praticado em concurso de pessoas, apenas um dos corréus interpôs recurso de apelação, obtendo provimento por motivo que aproveita indistintamente aos demais (matéria de direito comum a todos). Os outros corréus não recorreram. Segundo o CPP (art. 580), assinale a alternativa correta.

A) O provimento do recurso não beneficia quem não recorreu, pois há preclusão pessoal.